

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL, Rádio Alesc Digital, servidores estaduais da Fundação Catarinense de Cultura, também da Fundação Catarinense de Educação, e várias outras categorias que estão em greve e presentes neste Plenário, quero cumprimentá-los e reconhecer o empenho, a luta, a mobilização de todas essas categorias em terem o direito de poder trabalhar com dignidade, com respeito e poder prestar um bom serviço à sociedade catarinense.

Sr. presidente, quero trazer outro tema também relacionado aos servidores públicos da área de Educação. Eu e nosso líder, deputado Neodi Saretta, fizemos uma emenda à medida provisória que trata do reajuste do piso mínimo nacional. Queremos fazer justiça, pois entendemos que a MP na forma que veio para esta Casa comete uma injustiça desvalorizando servidores que têm uma carreira, uma caminhada, que se prepararam, estudaram, já com anos de carreira, e o aumento do piso na nossa proposta de emenda tem que ser feito na carreira. Os 8.35% de reajuste têm que ser para todos e retroativo a janeiro, como é na categoria de baixo, que vai até o 7º nível.

Então, o nosso objetivo é muito claro e queremos debater sobre o assunto. Ontem demos entrada a um pedido de vista na comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e a nossa proposta de substitutivo global será a de incluir esse tema para fazer justiça aos servidores da Educação de Santa Catarina. Já usamos desta tribuna várias vezes levantando aqui uma situação complicadíssima para a Educação catarinense, porque vimos que a partir deste projeto mais uma vez o governo do estado não valoriza os professores mais capacitados, tratando todos de forma igual. Isso não é possível!

Por isso, a nossa educação sofre muito, e os nossos jovens acabam não tendo uma educação de qualidade para se prepararem de fato para os grandes desafios que vêm pela frente.

Tivemos vários exemplos no estado que já colocou em xeque a questão da qualidade da educação de Santa Catarina. E se nós não valorizarmos os servidores, se não valorizarmos os professores mais capacitados, nós os perderemos, pois eles irão para outras áreas, irão abandonar a educação pública e irão ou para a educação privada ou para outras empresas, ao invés de educar, e educar bem, os nossos catarinenses.

Então, é esse debate que estamos trazendo aqui que queremos fazer semana que vem, com muita profundidade e com muito respeito aos trabalhadores da educação.

Outra questão que trago a esta tribuna, temos até uma situação interessante, é que Santa Catarina é um dos estados do sul que não tem uma participação no programa Minha Casa, Minha Vida, no meio rural.

O Rio Grande do Sul, desde o governo Olívio Dutra, que já na época, em 2004, criou o programa de Habitação Rural, criou um programa de apoio do estado para a construção de casas para agricultores familiares. Já pré-agendaram por cinco, seis vezes, deputado Sandro Silva, a assinatura do convênio com as organizações que atuam hoje na habitação rural, cooperativas, entidades pelo estado afora. Isso não ocorreu até hoje e continua a promessa.

Estamos chegando próximos ao período eleitoral e de promessa em promessa, de compromisso em compromisso o estado não dá a sua participação nesse importante programa que traz dignidade e respeito à nossa agricultura familiar. E certamente semana que vem teremos muitos agricultores familiares no estado cobrando inclusive esse compromisso e essa promessa já assumidos por muitas vezes.

Por último, quero falar sobre um evento que aconteceu, ontem, no plenarinho desta Casa, um seminário sobre os dois anos de aprovação do Código Florestal brasileiro e também sobre a aprovação do Código Florestal catarinense.

Foram debatidos todos os temas, como a perspectiva de implantação da nova legislação, especialmente na agricultura familiar, e o principal tema focado, que contou com a presença e o acompanhamento da Frente Parlamentar nacional, a Frente Parlamentar ambiental - há, no Congresso Nacional, uma frente que vem atuando há muitos anos - girou em torno da implantação e do início do CAR - Cadastro Ambiental Rural, que é uma política importantíssima, um instrumento aprovado no Código Florestal Brasileiro, consolidado no final do ano passado. Mas há dificuldades com relação ao fato de sair o decreto do ministério do Meio Ambiente para iniciar o Cadastro Ambiental Rural.

Tivemos informação de que o governo, a Fatma, a SDS já estão preparando os monitores para fazer a capacitação das pessoas que vão cadastrar as nossas mais de 200 mil propriedades agrícolas no estado de Santa Catarina.

Então, o CAR - Cadastro Ambiental Rural - é um importante instrumento justamente para facilitar a vida dos nossos agricultores, poderem cadastrar gratuitamente as nossas propriedades, porque o sistema que está hoje é um sistema com custo alto, muita burocracia e que não está funcionando, está muito devagar.

Então o CAR vem para facilitar. Mas nós fizemos inclusive um encaminhamento, construímos um documento que vai ser encaminhado para a Casa Civil da Presidência da República, para agilizar esta liberação do Cadastro Ambiental Rural para todo o país.

E um dos outros temas, o segundo tema, amplamente discutido, é o PSA, o Pagamento por Serviços Ambientais. Nós tivemos uma agenda da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, na última terça-feira, no Centro Administrativo, onde foram lançados vários programas, e um dos programas foi o encaminhamento de uma lei regulamentando o pagamento por serviços ambientais, que iniciaria por duas bacias hidrográficas, a Bacia do Rio Chapecó e a Bacia do Rio Timbó, tanto no oeste como no meio-oeste e no norte do estado.

Então, esta importante política de pagamento por serviços ambientais que nós temos é uma das grandes estratégias para contribuir com a preservação ambiental, mas especialmente trazer uma renda complementar aos nossos agricultores que sempre cuidaram e que vão fazer a preservação nas futuras gerações, num futuro para o meio ambiente.

Então, nós vamos continuar cobrando aqui da secretaria, do governo do estado, agilidade na aprovação deste projeto aqui dentro e, no momento em que o projeto chegar, nós, com certeza, vamos ter agilidade aqui nesta Casa para aprovar o projeto e iniciar este programa tão importante

para Santa Catarina, que é o programa de pagamento por serviços ambientais.

É uma das grandes questões para o futuro, de uma política moderna, uma política que traz nova perspectiva para o desenvolvimento sustentável, que é ajudar a nossa agricultura, especialmente a familiar, para que possa preservar e também tendo renda.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital aqui nesta manhã de quinta-feira.

Eu quero pedir licença para voltar ao debate da UFSC em outro foco, em outra avaliação, sair dos calores da discussão sobre polícia, não polícia, maconha, não maconha, até porque, como policial militar, já expressei nesta tribuna as minhas posições a respeito, inclusive, destas concepções em debate na sociedade brasileira hoje.

Quero voltar, até porque na última terça-feira não guardei tempo suficiente para esta reflexão. Estava lendo a página 47 do jornal *Diário Catarinense*, do último domingo, e dois parágrafos, alguns trechos desta reportagem me chamaram especial atenção, como militante político de esquerda e também como policial. Não sei até que ponto é possível, mas acho que não dá para separar os dois, porque somos um ser apenas.

Volto a ler a matéria da página 47 do *Diário Catarinense*, do último domingo:

(Passa a ler.)

"Em meados do ano passado, um alerta feito pelo comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM), tenente-coronel Carlos Alberto Araújo Gomes, mudou a rotina da reitora Roselane Neckel. Durante uma das tantas reuniões informais sobre a segurança no *campus* da Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC) e o policiamento comunitário, ele ressaltou que era importante ela ampliar os cuidados, principalmente com o Morro da Serrinha, onde os chefes do tráfico estavam próximos do *campus* e teriam ficado insatisfeitos com a vitória dela nas urnas, um ano e meio antes.

Após oito anos à frente da direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e um trabalho intenso contra as drogas ao longo deste período, Roselane percebeu que estava exposta demais, alertou seu motorista para ficar mais atento e pediu ajuda aos vigilantes do Departamento de Segurança (Deseg) do *campus* para que mantivesse o controle da movimentação no entorno de sua casa: estava com medo. Nada aconteceu na época, nem novas ameaças surgiram. Mesmo assim, ela continua em alerta."

A ameaça mais especificamente era de que sequestrariam a reitora, inclusive para dar uma escola nela, como diretora do CFH no passado e depois reitora, deixasse de estabelecer política de combate ao tráfico de drogas dentro da Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, isso aqui expressa de forma clara a inveracidade da acusação que se tenta colocar sobre a reitora Roselane Neckel e contra ela de que é conivente com o uso e tráfico na UFSC ou muito mais, o absurdo ainda que queira fazer da UFSC uma república de maconheiros.

Então essa matéria estabelece esta verdade necessária.

Sobre a matéria ainda refleti, além disso, como policial e como militante ou como policial ou como político, e acho que bastaria meio policial e meio político para ficar intrigado com a informação de que traficantes estariam ficado descontentes com a vitória nas urnas da atual reitora.

Afinal de contas, qual é o interesse dos traficantes na universidade? Se eles não gostaram da vitória na eleição para a Reitoria da UFSC da reitora Roselane Neckel, poderia, sim, induzir que eles gostariam que outro candidato tivesse vencido.

Então, é muito estranho que justamente quem tem sido pressionada e ameaçada, inclusive por traficantes, possa ser agora interpretada e acusada de forma leviana, eu diria, pouco forte com relação ao uso e consumo de drogas no *campus* da UFSC.

Dizer ainda que é preciso, sobre a Universidade Federal de Santa Catarina, que os setores que defendem a democracia, defendem primeiro a universidade, e eu me sinto na obrigação de defendê-la por ser pública, gratuita, de qualidade. Poderia ser mais e aí defendo fortalecimento, mudanças necessárias, também porque estudei lá e me formei na década 1990, há 20 anos, conheço parte dos integrantes da direção atual e das direções passadas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Acho absolutamente estranho o fato de um ex-dirigente, ex-pró-reitor, para não pensar que foi um dos reitores, que escreveu uma carta pedindo o *impeachment* da reitora Roselane Neckel.

Eu acho que precisamos refletir sobre isso. Por que será? É uma dúvida e um silêncio que permanece, porque não tem justificativa absolutamente nenhuma para lançarem essa palavra de ordem. Aliás, não sei se ainda é, mas era filiado, ligado a partido que se propõe de esquerda pedindo o *impeachment* do ex-reitor da UFSC.

Então, existe muito mais coisa naquela universidade que precisamos defender do que aquilo que tem surgido e aparecido de forma mais evidente, mais destacada, nos meios de comunicação. Precisamos observar, porque o futuro da universidade é que está em discussão. E esta é uma responsabilidade de cada um de nós, especialmente daqueles que por terem estudado lá, por terem trabalhado lá, têm mais condições, na minha avaliação, não que os outros não a tenham, é só investigar e buscar informação, de avaliar o movimento das pessoas, dos sujeitos, dos dirigentes atuais, dos ex-dirigentes e dos pretensos futuros dirigentes.

Existe um movimento, e aí vão dizer que estamos sempre aqui vendo um inimigo oculto, golpista, na UFSC, tanto que foi um esforço imenso por conta de práticas protelatórias, em alguns setores da universidade, para que as contas da reitoria, da administração central do ano passado, fossem aprovadas. E foi aprovada no último dia, e um destaque: ausência de quórum, mais um pedido de vista, enfim, com a intenção de colocar em xeque a administração atual da UFSC.

Articulações de lideranças, especialmente professores, que historicamente pretenderam se desenhar como do campo popular e de esquerda, articulações com figuras reconhecidamente da direita mais conservadora da UFSC, isso tudo precisa ser visto pela comunidade universitária, pois os estudantes não podem cair em armadilhas de setores que têm, sim, interesse inclusive de derrubar a pró-reitora, não é nem ganhar a eleição do ano que vem, porque existem questões do passado sendo investigadas que não se pretende que se tornem públicas.

Então, isso também a sociedade inteira precisa saber, e a comunidade universitária precisa estar atenta. Os estudantes que se propõem a construir o futuro de forma diferente precisam estar atentos, também, para não se deixar enrolar e serem usados por práticas golpistas que nada têm a ver com a proposta de universidade pública que defendemos e que eles também defendem. Precisam tomar cuidado para não serem usados por golpistas, oportunistas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Inscrito o sr. deputado Sandro Silva, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, sr. deputados e público que acompanha esta sessão, quero fazer menção aqui a uma matéria que saiu ontem no site do jornal A Notícia, que fará com que as coisas sejam melhor resolvidas no trânsito de Joinville, no que diz respeito aos acidentes.

O comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, Adilson Moreira, está em tratativas com o

prefeito no sentido de que quando ocorram acidentes sem vítimas, apenas com danos materiais nos veículos, que os próprios proprietários dos veículos façam o boletim de ocorrência em alguma base da Polícia Militar na cidade.

Isso vai proporcionar um melhor aproveitamento do efetivo militar, porque, geralmente, em Joinville, seis motos e duas viaturas trabalham apenas para atender os problemas de trânsito. Em alguns momentos, essas seis motos duas viatura são insuficientes para atender de forma rápida os acidentes de trânsito e os motoristas acabam esperando por muito tempo a viatura.

Então, essa realmente é uma medida que vai gerar menos transtornos porque os próprios proprietários dos veículos poderão fazer a foto, mostrando como foi o acidente e fazer o relato depois na Polícia. Não tem razão para que os dois envolvidos tenham que ir logo para a delegacia, podem quando quiserem e caso haja divergência será feito um confronto das versões para que realmente isso seja solucionado. Na maioria das vezes o atendimento da Polícia Militar é apenas por questão do seguro. Isso se resolve facilmente com os próprios proprietários fazendo o boletim de ocorrência.

Então, quero parabenizar o tenente-coronel Adilson Moreira por essa iniciativa e que isso possa ser seguido em todas as cidades do estado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria parabenizar v.exa., deputado Sandro Silva.

Acho que isso poderia ser utilizado em todo o estado de Santa Catarina. Às vezes, na via expresso, ocorrem pequenas batidas na traseira dos carros, congestionando todo o trânsito, prejudicando milhares de pessoas que estão se deslocando para o trabalho e outras ações. No caso de acidentes sem vítimas, as pessoas devem retirar o carro do local e ir até a delegacia fazer o registro, o BO e procurar o entendimento. Às vezes vemos pessoas mais desprendidas, que trocam os

telefones e resolvem depois. Mas é lamentável que para acidentes sem vítimas seja preciso deslocar policiamento, viaturas, além de que esses acidentes causam grande transtorno no trânsito. Esse procedimento deve ser levado para todo o estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - E as pessoas acabam deixando o veículo ali porque entendem, pela falta de conhecimento do Código de Trânsito brasileiro, que se tirarem o carro do local estarão cometendo uma infração, e é o contrário. O Código diz que deixar o carro na rodovia é uma infração, pois causa transtorno e tal. Então, realmente as pessoas não têm esse entendimento e acabam deixando o veículo no local do acidente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Exatamente, deputado! Elas até acham que o policial que vai chegar, vai ser o perito, vai dizer quem é o culpado ali. "Não vamos mexer aqui, não tira o teu daí, porque o policial vai chegar". O policial vai descrever que houve uma batida traseira, uma batida lateral, mas não vai dar posicionamento nenhum. Então, as pessoas precisam ser práticas. Aconteceu a infelicidade, a fatalidade do acidente ali, retira o carro do local, não prejudica os demais e depois resolve a questão dos danos. Noventa e nove por cento de quem bateu atrás não tem o que discutir, somente alguma situação muito especial para discutir. Bateu atrás não tem o que discutir, porque tinha que guardar distância. Então, dá o cartão, manda arrumar e paga, que é a melhor solução.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Então, mais uma vez registro essa ação da Polícia Militar de Joinville, parabenizando o comandante Adilson Moreira por essa iniciativa. E esperamos que isso, como foi falado ontem, entre em atividade o quanto antes.

Outra questão, presidente, é referente ao clássico que teremos no domingo entre Joinville e Figueirense. E esperamos que não haja aqueles confrontos entre torcidas que aconteceram no último jogo. Por isso o nosso projeto de lei obriga ter uma lista de passageiros nos ônibus

para poder enviar à Polícia Civil e à Polícia Militar. Se este projeto estivesse em vigor já poderia estar auxiliando nesse evento. O projeto obriga as empresas, quando contratadas, enviarem três dias antes uma lista de passageiros com o itinerário para as polícias na sede do jogo poder preservar a vida dos passageiros, a segurança do motorista e também o patrimônio da empresa. Porque no jogo, por exemplo, não vão somente os torcedores organizados, vão também famílias. Por isso é necessário que se preserve a segurança e a integridade física das pessoas que vão apenas para assistir ao espetáculo.

Quero fazer o registro de que o Cavin, Conselho das Associações de Moradores da Vila Nova, está solicitando no entroncamento entre a rodovia do Arroz e o novo binário de Vila Nova que seja feita a iluminação naquele trecho onde tem o trevo alemão, em que as pessoas convertem para o binário de Vila Nova a partir da rodovia Arroz, porque os moradores estão preocupados com a segurança, principalmente das crianças que moram por ali. O Cavin está solicitando para que o Deinfra do estado faça a implantação da iluminação no entroncamento para dar maior segurança à comunidade.

Então, fica o nosso alerta, o nosso pedido ao Deinfra, para que o quanto antes possa fazer a implantação da iluminação naquele trevo alemão que dá acesso ao novo binário da Vila Nova, em Joinville.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark. E sejam bem-vindos o prefeito e o vereador.

A próxima oradora inscrita é a deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigado, sr. presidente.

Tratarei, hoje, de três temas diferentes, mas quero iniciar a questão relacionada ao Fundam, pois temos tido notícias de que, embora o governo tenha se comprometido publicamente de tratar

isonomicamente os parlamentares desta Casa, quando decidiu fazer o Fundam, as liberações tinham sido feito de forma a privilegiar a base aliada.

Fomos atrás das informações, e em parte é verdade e em parte é uma preocupação, pois me parece que a discussão das regiões metropolitanas cada vez fica mais significativa, porque estamos com dificuldades em alguns municípios da elaboração dos projetos.

Assim, o município de Biguaçu, que destinamos R\$ 150 mil e sei que o prefeito é um homem comprometido com o município, não apresentou projeto. Também destinamos R\$ 200 mil para Santo Amaro da Imperatriz. O prefeito muito zeloso, mas não apresentou projeto.

O que mais me preocupa, pela minha responsabilidade na região aqui em Florianópolis, para onde destinamos a maior fatia, R\$ 800 mil para uma série de projetos, é que o município não apresentou ainda esses projetos. Parece-me que os nossos municípios estão muito pouco equipados para dar conta disso e muito pouco em condições de poder ter acesso à linha de crédito.

Na verdade, o próprio governo do estado também padece desse mal, pois vejam os senhores que temos uma dificuldade enorme no campo da política, para as mulheres em Santa Catarina, por uma série de demandas que temos, todas elas autofinanciáveis pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e, portanto, não haveria custos. Claro que essa é uma forma de dizer, porque sempre há um custo, mas seria um custo ínfimo para o governo do estado ter, por exemplo, a secretaria das mulheres, que no atual quadro que vivemos, com a condição que se tem de apresentar projetos principalmente no enfrentamento à violência contra as mulheres, temos condições de autossustentar essa secretaria apenas com recursos do governo federal, fazendo os projetos.

Então, é lamentável o estado em que se encontra, em particular, a política para as mulheres, por não ter projeto. Vou destacar, por exemplo, que para minha alegria é uma mulher do PCdoB que dirige a secretaria de estado da Mulher

no Distrito Federal, sra. Olgamir Amancia Ferreira. Recebemos a visita em meu gabinete de uma empresa que produziu um aplicativo para mulheres que estão em medidas protetivas para poder avisar instantaneamente à polícia quando o agressor está perto.

No Distrito Federal, estão cruzando informações de homens agressores. E quando a vítima está submetida à medida protetiva, esses homens usam uma tornozeleira e a mulher usa esse aplicativo que alguns chamam de botão do pânico. E quando ele está, por exemplo, com uma medida protetiva de 800m de afastamento, ele invade esse perímetro, automaticamente bipa para a mulher para ela saber que ele está perto, porque um dos grandes problemas é ela ser pega de surpresa. Bipa o agressor também, para ele saber que invadiu, e o estado sabe que ele invadiu esse espaço e bipa a central de polícia mais próxima para proteger essa mulher, caso ela confirme que essa aproximação aconteceu.

Tudo isso se consegue fazendo bons projetos que, hoje, com a política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres temos condições de fazer. Parece-me que todas as prefeituras e tem uma experiência muito bonita lá na universidade de Criciúma, na Unesc, que é a sala dos municípios, que é exatamente a possibilidade de os pequenos municípios da região ter uma central dentro da universidade onde podem elaborar projetos.

Fico contente de ver outros municípios que já estão com o convênio assinado, como é o caso do município de Praia Grande, onde estão discutindo a instalação de ciclovias.

Portanto, a minha preocupação com os municípios de Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e Florianópolis que ainda não apresentaram os seus projetos para terem acesso ao Fundam.

Ontem participei de uma rodada de discussão acerca dos agentes prisionais e também dos companheiros que estão aqui, da Fundação Catarinense de Cultura, que também reivindicam melhores condições de trabalho e o cumprimento das

questões salariais que eles estão pautando aqui, e todos nós recebemos o material.

Primeiro, os agentes prisionais tem me preocupado bastante, pois a greve se prolonga, e o governo não abre negociação.

No ano passado eles encerraram uma greve que já foi angustiante, em torno de uma gratificação e a possibilidade de reestudar o plano de carreira. O governo fez a parte mais difícil, que é instituir a gratificação, e não fizeram a parte do reestudo da carreira, que é boa vontade política.

Então, o apelo que fazemos ao governo é que não prolongue essa greve dos agentes penitenciários. Nós precisamos imediatamente chamar esse pessoal, abrir a renegociação, reestudar o seu plano de cargos e salários, para que eles possam retomar as suas atividades.

Ontem discutimos condições de trabalho dos agentes prisionais. E com muita emoção um deles falou que entrou em 2007 e dos colegas dele que entraram em 2007 quatro já cometeram suicídio, por causa das condições de trabalho que estão submetidos os agentes prisionais de Santa Catarina.

Então não podemos fazer de conta aqui que do muro para dentro não é mais problema nosso. A violência que se instala lá transborda para a rua, como foram os atentados que vivemos em três ciclos diferentes aqui em Santa Catarina.

Quero mencionar aos companheiros que estão presentes nas galerias desta Casa sobre a Fundação Catarinense de Cultura, pois tenho pesquisado sobre isso. E temos um dos maiores orçamentos proporcionais para a cultura, curiosamente. Mas em 2007 o Tribunal de Contas do Estado fez uma auditoria especial sobre o fundo cultural e explicou por que temos uma verba muito importante, muito impressionante para a cultura e não temos uma política estadual para a cultura.

Até campeonato de autorama foi subsidiado, foi pago com o fundo cultural. A forma, e aí é a análise do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, a forma pessoalizada como é distribuída essas verbas, como o Conselho Estadual de Cultura

secundarizado que, aliás, é parte também da demanda que vocês apresentaram aqui, mostra para nós que de fato precisamos ter uma política estadual de cultura. Então, precisamos abrir esse debate.

Este é um governo que caminha para o seu final, que vai disputar a reeleição, e não sabemos o que vai dar, mas precisamos pensar uma política de estado para a cultura, assim como também para o esporte além deste governo.

A situação que vivemos hoje de um financiamento muito significativo para as duas áreas e a ausência de uma política mostra para nós que de fato essa situação perpetuada vira uma grande possibilidade de subvertermos a ordem do que realmente importa tanto para a cultura quanto para esporte.

Preocupa-me o manifesto da Fundação Catarinense de Cultura, da parte que é responsabilidade desta Casa. Os projetos que foram aprovados aqui no ano passado aumentaram a diferença entre o piso e o teto do serviço público de Santa Catarina, que é de 18 vezes, Pedro que faz parte do Sindicato da Saúde.

É de 18 vezes e aumentou para 32 vezes. Ou seja, nós estamos aprofundando o problema. Nós não estamos caminhando para desconstruir o problema, nós estamos caminhando para ampliar o problema. A angústia que me dá mais como sindicalista que sou do que como deputada que estou é de ver que estamos andando para trás, que a política de gratificação é perniciosa sempre.

Nós precisamos lutar sempre pelo cargo efetivo. E aí entra aquela analogia do paciente enfartado. Muitas vezes a gratificação é o remédio imediato que se precisa para sobreviver. Mas temos que tratar a causa maior, pois são carreiras absolutamente desproporcionais entre si e aumentadas de 18 vezes, a diferença entre o piso e o teto, para 32 vezes.

Eu me preocupo, porque não estamos evoluindo nisso. Sou de carreira da Justiça do Trabalho e lá temos duas carreiras, que é o técnico, nível médio, e o analista com nível superior. E lá, que

são 100 mil trabalhadores na base, conseguimos unificar todos em duas carreiras e uma tabela em extinção para quem tinha menos do que o ensino médio.

Portanto, é preciso que as categorias que estão mobilizadas unifiquem a sua luta em torno de plano de carreira, em torno de uma perspectiva de mais longo prazo, em torno de política para serviço público no estado de Santa Catarina, porque senão a nossa sina vai ser sempre mendigar gratificação, que não que é o que queremos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PSD, o próximo horário pertence à bancada do PMDB.

(Pausa)

Na ausência da liderança do PMDB, o próximo horário é destinado ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, também quem nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores da Fundação Catarinense de Cultura que farão uso da tribuna desta Casa daqui a pouco, para se fazer ouvir por todo o estado de Santa Catarina as suas reivindicações desta categoria. E quem falará pela fundação será a sra. Elisa Docena.

Esta tribuna e esta Casa foram ofertadas para várias manifestações, porque entendemos que é a Casa do Povo. Quando o governo do estado não abre as portas para fazer diálogo com a nossa comunidade, quando não tem diálogo e negociações com os nossos servidores que têm a missão de atender a todos os catarinenses, o Parlamento Catarinense se presta a esse serviço, porque se faz necessário.

Há muito tempo não são ouvidos esses trabalhadores. No final do ano passado, e já é repetido, o governo mandou uma série de projetos que davam gratificações e aumentos salariais para diversas categorias, mas parte significativa dos servidores do estado de Santa Catarina não teve esse mesmo benefício, a mesma atuação do governo do estado. Por isso, se fazem presentes neste momento e vão utilizar esta tribuna.

Também por ser um ano eleitoral, temos prazo regimental, vamos votar na semana que vem a MP da Educação. Já votamos a da Saúde, mas ainda algumas categorias não foram escutadas. E esperamos que num prazo mais rápido possa acontecer esse debate neste caso, como acontece hoje falando nesta tribuna a sra. Elisa Docena, pela Fundação Catarinense de Cultura. Quero também dar as boas-vindas a todos os servidores presentes.

O meu tema dentro do horário do meu partido, sr. presidente, é que domingo passado ou sábado, não me recordo, estive presente numa missa na igreja católica, da qual faço parte, e atentando por um artigo escrito pelo Padre Luiz Carlos Dias, vou somar este artigo no discurso que farei hoje.

A Campanha da Fraternidade deste ano, deputado Kennedy Nunes, é sobre o tráfico humano que é uma ofensa para igreja, e deveria ser ofensa para todos nós. Diz o Padre Luiz Carlos Dias:

(Passa a ler.)

"Na cultura atual a solidariedade tem perdido espaço para a globalização da indiferença. Tratam-se senhoras e senhores, da indiferença pelo outro que gera consciências insensíveis e descompromissados com os atingidos por injustiças, como a decorrente do tráfico humano. E no tráfico humano a grande maioria é de crianças e mulheres.

Ninguém pode se achar imune aos males existentes na sociedade. Há situações que atentam contra a dignidade das pessoas, agridem cada uma, agridem todas as entidades e organizações da sociedade."

Por isso, lendo esse artigo do padre Luís, também quero voltar a um tema que tem me indignado bastante, perturbado muito. E isso também tem que

sensibilizar os srs. parlamentares e toda a sociedade catarinense. Falo da violência contra as mulheres.

(Passa a ler.)

"Uma adolescente de 15 anos foi estuprada na noite de domingo na cidade de Camboriú. Não é a primeira, não foi a única, está acontecendo muitos casos assim, e na semana passada falei sobre um problema igual, em Blumenau.

Conforme informações do núcleo de prevenção às drogas e pedofilia, a menina estava caminhando próximo à sua casa, quando um homem a abordou e a colocou dentro de seu veículo sob ameaças. Após abusar sexualmente da jovem ele a deixou caída em uma calçada da mesma rua.

Este é o sétimo estupro em Camboriú no mês de março. Neste ano foram onze casos até o momento - número que representa 27,5% do total de estupros de 2013, das mulheres que tiveram coragem de fazer a denúncia, fora aquelas que com medo ou vergonha não fizeram a denúncia, o que tem acontecido constantemente. Contabilizamos 40 abusos contra crianças e adolescentes na cidade de Camboriú.

Trago esse relato para dizer que temos a obrigação de buscar mecanismos que nos permitam garantir que esses fatos não se repitam, porque está crescendo muito o abuso sexual de crianças e adolescentes no nosso estado.

Precisamos refletir sobre a importância de termos homens e mulheres construindo uma política estadual de enfrentamento à violência sexual contra mulheres e meninas, entendendo que somente avançaremos se não negarmos a existência de uma sociedade machista e patriarcal. E uma pesquisa do Ipea, divulgada na semana passada, prova essa realidade. A maioria dos entrevistados concorda total ou parcialmente com a máxima de que diz: 'se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros (58,5% dos entrevistados); mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas (65,1% dos entrevistados); em briga de marido e mulher não se mete a colher (78,7% dos entrevistados)."

Deputada Angela Albino, será que vamos ter que usar burca para não sermos atacadas? E o que dizer das nossas crianças e adolescentes? Será que as meninas terão que usar burcas também, será que é porque elas se vestem como jovens que estão sendo atacadas?

(Continua lendo.)

"O poder público se mostra ineficiente para proteger as mulheres. A cada 24 horas dez brasileiras foram estupradas por desconhecidos em 2012. Nos últimos três anos esse crime teve um aumento de 162%, e o número de notificações triplicou.

Em Santa Catarina, com base em dados disponibilizados pela secretaria de Segurança Pública, apenas 44% dos Boletins de Ocorrência por estupro de meninas e mulheres têm inquérito policial instaurado. Estão dentro das gavetas, srs. deputados e sras. deputadas. Elas denunciam, mas nada é investigado, não prendem nem punem os culpados.

Na cidade de Blumenau, por exemplo, o estuprador era réu confesso, com flagrante, e o juiz decidiu também pela sua liberdade, que ele tinha que responder em liberdade.

Se nós não tomarmos uma ação mais forte e firme, isso vai virar banalidade, e daqui a pouco tudo pode neste estado. E os Boletins de Ocorrência das 2.334 meninas e mulheres que procuraram auxílio do estado para denunciar o estupro, apenas 1034, deputado Sargento Amauri Soares, tiveram a garantia da investigação.

Houve uma média de seis estupros por dia no ano de 2002, o resto está tudo dentro da gaveta."

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada Ana Paula Lima, quero parabenizar novamente v.exa. por esta manifestação, pelas suas posições e pelo trabalho que tem feito nessa direção e reiterar que a posição de que o problema no Brasil não são as leis ou a falta delas, até porque há leis em abundância, mas a aplicação que

as autoridades que têm o poder discricionário de fazer as leis dão a elas e a interpretação que fazem das leis.

Dizem que há lei para o Poder Judiciário afastar o presidente da Assembleia Legislativa sem que sofra processo e não há lei para deixar preso o estuprador confesso. Então, são questões que precisamos efetivamente analisar.

Quero registrar também o espanto com a opinião de que as mulheres são responsáveis por serem estupradas em virtude da roupa que usam. Daqui a pouco, então, vai se argumentar no Brasil que as mulheres brasileiras precisam andar também inteiramente cobertas de pano, para que não provoquem o estupro contra elas próprias.

Então, isso é um absurdo e a opinião pública não pode pensar assim, mas é incrível que instituições sérias ainda reproduzam esse tipo de ideia torta, preconceituosa para a nossa sociedade.

Parabéns, deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputado.

O Sr. Deputado Sandro Silva - V.Exa. me concede um aparte?!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Deputada Ana Paula Lima, v.exa. falava sobre a questão do estupro praticado por desconhecidos, mas todos os dias acontecem estupros de crianças, de adolescentes por familiares que estão sofrendo calados.

Então, é algo complicado pensar que, neste momento, possa estar acontecendo de crianças, de adolescentes serem violentadas em suas casas por conhecidos, por pais, por irmãos, por tios. Realmente é algo deplorável e repugnante.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputada.

Certamente, deputado Sandro Silva, isso também acontece dentro das casas. Mas como é que essas crianças vão ter a coragem de denunciar se todos os inquéritos dessas pessoas que tiveram a coragem de denunciar ainda estão dentro da gaveta? Então,

não há essa garantia! Eu estou falando desses 2.344 casos de mulheres e meninas que tiveram a coragem de denunciar e que não foram resolvidos, que estão engavetados. Fora aquelas, como v.exa. comentou, que dentro das suas casas, dos seus lares são estupradas! É preciso que haja punição, para não haver banalização desse problema.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero deixar aqui bem claro que não quero causar polêmica a nenhum dos segmentos desta Casa, da ala esquerda ou comunista ou seja lá o que for, com o que vou falar. Não tenho essa intenção de criar problemas ou polêmicas, mas estamos vivendo um momento agora de lembrança de 50 anos do Golpe Militar.

Eu vi na *Gazeta do Povo* do dia 02 de abril uma explanação sobre esse acontecimento que acho que vale a pena deixar registrado nesta Casa, e espero que dê tempo de passar esta informação.

(Passa a ler.)

"Não havia meio termo. Não havia em cima do muro. Cada um devia escolher um lado: comunista ou capitalista. A Guerra Fria polarizou o mundo da segunda metade do século XX. Cindiu uma geração inteira. É nesse contexto que se desenrola o golpe de 1964 e a ditadura militar: como uma peça no tabuleiro do conflito geopolítico das grandes ideologias.

Principal país do continente no hemisfério sul, o Brasil era foco de enorme preocupação dos USA, no fim dos anos 50 e início dos 60. Antes de João Goulart, Jânio Quadros havia causado calafrios em Washington com sua política externa de aproximação da China e da União Soviética. A preocupação atingiu níveis alarmantes diante da

decisão do governo de condecorar o revolucionário argentino Che Guevara, em 19 de agosto de 1961, com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Uma semana depois da polêmica, Jânio renunciou e deu lugar ao vice, Jango."

Lembro-me muito bem de que na época ele disse que forças estranhas o obrigavam a sair do poder. E muito depois foi compreendido.

(Continua lendo.)

"O novo presidente estava no radar dos USA desde 1953, quando tomou medidas a favor de sindicatos trabalhistas, como ministro de Getúlio Vargas. Apesar de ser fazendeiro e grande latifundiário, Jango era enquadrado como comunista pelos americanos, pelas Forças Armadas Brasileira e a elite conservadora local.

Em 1961, Jango reatou relações diplomáticas com os soviéticos, depois de 14 anos de rompimento. A fogueira, que já ardia em chamas altíssimas, aos poucos receberia mais gasolina, jogada desta vez pelo governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, Leonel Brizola. No início de 1962, ele estatizou a empresa de telefonia norte-americana ITT, transformando-a em Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações. Em 1959, já havia feito o mesmo com a companhia de energia Bond and Share, também dos USA.

Não bastasse isso, irritado com a lentidão de Jango em fazer com que o Congresso tirasse do papel as reformas de base, o governador gaúcho passou a conclamar a população a pressionar os parlamentares. Os discursos inflamados de Brizola transmitidos pelo rádio culminaram na formação dos Grupos dos Onze, células de 11 pessoas que, em apenas três meses, ultrapassaram cinco mil integrantes em todo o país. O objetivo era formar o Exército Popular de Libertação para a guerra revolucionária.

Para os EUA, era mais um indício de que o Brasil corria risco efetivo de passar a orbitar a esfera da URSS. Em 1959, as chamadas Ligas Camponesas, fundadas originalmente pelo PCB ao fim da Segunda Guerra Mundial, começaram a ganhar corpo. De início, a intenção era aumentar o número

de eleitores do partido e defender os direitos dos trabalhadores rurais. Aos poucos, o grupo foi se encorpando e praticamente tomou conta do Nordeste, encampando a bandeira da reforma agrária, sob o comando do advogado Francisco Julião.

Em outubro de 1960, o jornal *The New York Times* mencionou uma nova 'situação revolucionária' na América Latina, alimentada pela miséria. Para a imprensa dos EUA, era o prenúncio de uma repetição do que havia ocorrido em Cuba com Fidel Castro, em 1959.

Fidel, de fato, tinha interesse em estimular a esquerda brasileira, tanto que recebeu Julião em mais de uma oportunidade. Antes do golpe, ofereceu ajuda financeira e treinamento a guerreiros das Ligas Camponesas. Depois de instaurada a ditadura no Brasil, passou a dar apoio e dinheiro para a resistência comandada por Leonel Brizola.

Maior interessada nos desdobramentos em território brasileiro ao lado dos EUA, a URSS não se envolveu diretamente na situação. Ao menos nunca se teve acesso a registros ou documentos oficiais demonstrando que isso tenha ocorrido. Ministro do Planejamento no regime militar, Reis Velloso, no entanto, disse certa vez que os soviéticos tinham conhecimento do que se passava por aqui: 'Segundo o embaixador da URSS, havia três golpes em preparação: um do Brizola, que queria instalar uma república sindicalista; um do Jango, para continuar presidente; e o que aconteceu, por parte das forças militares mais impetuosas'.

'Havia uma desconfiança enorme dos EUA em relação ao fantasma do comunismo, da esquerdização da América Latina, da perda de hegemonia no continente. E eles ainda não tinham um braço forte e destacado no Hemisfério Sul', explica Marion Brephol, professora de História Contemporânea da UFPR. Com os olhos voltados ao Brasil, os norte-americanos tinham dois interesses diretos: manter e expandir negócios e garantir uma base geopolítica na região.

Diante desse cenário, organismos ligados ao governo dos EUA decidiram enviar dinheiro ao

Brasil para financiar campanhas de candidatos conservadores, nas eleições de 1962. As doações se deram por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e do Instituto de Pesquisa e Estudo Sociais (Ipes), organizações anticomunistas e antirreformistas que faziam campanha ostensiva contra o governo Jango.

No início de 1964, os EUA passaram do financiamento eleitoral para a articulação do golpe. Disposto a acabar de vez com qualquer ameaça comunista no resto do continente, o governo liberou a CIA e o FBI para atuarem em conjunto com a Embaixada do país no Brasil, comandada por Lincoln Gordon desde 1961. À medida que acompanhava de perto os passos de Jango, Gordon formou convicção de que o presidente preparava um golpe com o apoio da esquerda, que se daria por meio do fechamento do Congresso. Informado da situação, o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, autorizou no dia 20 de março o deslocamento de uma esquadra ao Brasil para dar suporte às Forças Armadas brasileiras na destituição de Goulart. Era o plano Contingência 2-61.

Porém, não foi preciso colocá-lo em ação. Ao tomar conhecimento do apoio americano ao golpe deflagrado no dia 31, Jango nem sequer ofereceu resistência e se asilou no Uruguai. Os militares assumiram o poder. E, à força, escolheram o lado que o Brasil deveria estar."

É uma pena, pois ainda teria mais dois minutos para terminar esta matéria e entrar na política, quando a esquerda partiu para a luta armada, mas numa próxima oportunidade acho que termino.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência sugere a v.exa. se inscrever em Explicação Pessoal, quando teria dez minutos, e não vai demorar, porque só temos o horário do Partido Progressista, após a Ordem do Dia, e v.exa. seria o próximo a falar.

Passaremos ao Horário os Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Eu só gostaria de registrar que hoje nos visita Jonas Luiz e Vladimir Cândido, lideranças importantes da zona sul de Joinville. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja feito o registro.

Srs. deputados, quero registrar com muito pesar o falecimento da jornalista Elaine Borges. Ela é uma servidora aposentada da Assembleia Legislativa que por muitos anos fez também a cobertura política de Santa Catarina como correspondente do jornal *O Estado* de São Paulo. Ela era transplantada renal e tinha uma saúde fragilizada. Ela faleceu nesta madrugada, no Hospital Baía Sul, está sendo velada no cemitério do Itacorubi e será cremada, no final da tarde, na cidade de Camboriú.

Elaine tinha profunda identidade com sua categoria e com o sindicato dos jornalistas de Santa Catarina. Então, portanto, esta Presidência faz este registro e deseja à família as mais sinceras condolências.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da TVAL, deputado Silvio Dreveck, o parto equino aconteceu. Falo do aeroporto regional de Jaguaruna, uma luta de muitos anos, que acabou tornando-se realidade.

(Passa a ler.)

"A Agência Nacional de Aviação - ANAC - publicou nesta quarta-feira, no Diário Oficial da União, a Portaria n. 773/2014, autorizando o início de operações no Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna. Podemos dizer que se trata da tão esperada certidão de nascimento.

Amanhã, pela manhã, o governador Raimundo Colombo e o secretário de Infraestrutura devem

aterrissar no aeroporto para uma solenidade que marcará oficialmente o início das operações.

Com pista de 2,5 mil metros de comprimento por 30 metros de largura, uma das maiores do país, aliás a maior do sul do Brasil, o aeroporto de Jaguaruna foi projetado para receber aeronaves de grande porte - como o Boeing 767 e o Airbus A320 - e deve atender a 900 mil habitantes de 48 municípios das regiões metropolitanas de Criciúma, Tubarão e Araranguá.

O terminal tem dois mil metros quadrados de área construída e deverá receber cerca de sete mil pessoas por mês na primeira etapa. A definição dos voos e respectivas escalas estão sob a responsabilidade da empresa RDL - Aeroportos do Brasil, contratada pelo governo do estado para administrar o aeroporto. A princípio poderão operar aeronaves com capacidade para até 190 passageiros.

A radiografia do aeroporto: investimento total R\$ 60 milhões, do estado e da União. Dimensão total da área do aeroporto é de 311 hectares. A pista tem 2,5 km de extensão e 30 metros de largura."

Eu faço uso da tribuna, com muita honra e com muita satisfação, porque tive o privilégio de no meu primeiro mandato, estou já no quarto mandato, graças a Deus e a todo o povo que sempre confiou e delegou a mim essa confiança, participar da primeira audiência no DAC - Departamento de Aviação Civil - com o brigadeiro, no estado do Rio de Janeiro. E lá nos acompanhavam o à época senador Geraldo Althoff, o deputado federal Edinho Bez, o à época presidente da Associação Comercial e Industrial de Criciúma (Acic), sr. Álvaro Arns; o presidente da Associação Comercial e Industrial de (Acit), Bortoluzzi; e o sr. Faraco que era o piloto da aeronave que nos levou até lá, que representava o secretário da Infraestrutura Leodegar Tiscoski do governo de Esperidião min.

Lembro muito bem que lá, em um tom irônico, o sr. brigadeiro fez o seguinte desafio: "Ora, sr. senador - que tinha recém assumido no lugar do saudoso amigo Kleinübing -, o DAC está precisando

de R\$ 60 milhões. Se v.exa. tiver a capacidade e uma política de relacionamento para conseguir alocar R\$ 60 milhões ao DAC, eu vou liberar R\$ 16 milhões para iniciar esse aeroporto.”

E o senador Geraldo Althoff, com a simplicidade, humildade e benevolência que sempre teve, disse que topava o desafio, que iria percorrer os corredores do governo e do Ministério da Fazenda para buscar no Senado a emenda necessária para alocar esses recursos para o DAC. Pois, passados quatro meses, veio com a notícia de que tinha consignado no Orçamento R\$ 60 milhões, fazendo com que o brigadeiro tivesse que disponibilizar R\$ 16 milhões, e esse foi o início do aeroporto regional de Jaguaruna.

Vejam o que é a atitude, a decisão política equivocada. Onde é o paço municipal de Criciúma, ali era o aeroporto Leoberto Leal. Não tinha pista, era chão batido. O DAC dizia que tinha que vir para Jaguaruna por uma questão estratégica, geográfica e climática. A decisão técnica dizia que tinha que ser em Jaguaruna, mas na época uma decisão política levou o aeroporto para Forquilha que era Distrito de Criciúma, hoje um belo e pujante município.

Passado algum tempo levantou-se o movimento novamente e aí a disputa ficou entre aumentar o aeroporto de Diomício Freitas de Criciúma e levar ao município de Içara ou Jaguaruna. Depois se parou com essa briga burra, bairrista, de cada microrregião lutar por si, e desencaminhou-se a quebra de um paradigma com a união de forças políticas capitaneadas pelas associações comerciais e industriais, que originou o aeroporto de Jaguaruna, com a maior pista do sul do estado, com 2.500m de extensão e 30m de largura, com a previsão para mais 15m e 300ha ao seu entorno. E logo já teremos o encaminhamento para um terminal de carga.

Ao lado do aeroporto passa a ferrovia e a BR-101. Fica próximo do porto de Imbituba e reúne todas as condições de firmamento, de segurança jurídica para que os investidores possam instalar

e prospectar os seus negócios, fortalecendo o desenvolvimento do estado.

Parabéns ao governo de Raimundo Colombo e de Eduardo Pinho Moreira e a todos aqueles que trabalharam para que essa obra saísse do papel.

Amanhã será o vôo inaugural.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0001/2014, 0011/2014, 0229/2013, 0396/2013 e 0724/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0525/2013, 0723/2013.

Comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0007/2014, 0474/2013 e 0596/2013.

Votação da redação final do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória n. 0194/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0064/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0599/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0153/ 2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0154/2014, de autoria do deputado Jailson Lima; 0155/2014, 0156/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0231/2014, 0232/2014, 0233/2014, 0234/2014, 0235/2014, 0237/2014 de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0236/2014, de autoria do José Milton Scheffer; 0238/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0239/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, quero me solidarizar ao manifesto dos servidores da Fundação Catarinense de Cultura e também aos funcionários da secretaria de estado de Turismo, Cultura e Esporte e demais segmentos dos servidores públicos que estão fazendo mobilização, no sentido de ter o reconhecimento na questão salarial que há muitos anos está defasada.

No ano passado fizemos um esforço aqui na Assembleia Legislativa para diminuir um pouco esse sofrimento, quando apresentamos uma emenda que encurtasse o espaço do reajuste salarial, da gratificação estendida pelo governo. E lamentavelmente não obtivemos êxito na votação, mas estamos à disposição dos servidores e a Assembleia também, ainda mais esse segmento que tive a oportunidade de liderar como secretário e sei das dificuldades, se comparados a outros segmentos de servidores públicos, pois há uma diferenciação muito grande. Essa mobilização é legítima, e podem contar com a minha solidariedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Srs. deputados, sobre a mesa está um requerimento da sra. deputada Ana Paula Lima, coassinado pela maioria dos líderes, com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"O deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer a suspensão da sessão ordinária do dia 03 de abril de 2014 pelo tempo de dez minutos, após a Ordem do Dia, para manifestação da sra. Elisa Docena, analista da Fundação Catarinense de Cultura, que apresentará as manifestações a respeito da precarização da cultura em Santa Catarina."

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, às 10h.

Está encerrada a presente sessão.